



## RELATÓRIO DE GESTÃO

Exercício económico de 2020

Exmos. Senhores,

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias, o Conselho de Administração da Fundação Círculo de Leitores elaborou o presente Relatório de Gestão que, em conjunto com os restantes elementos de prestação de contas, permitirá uma melhor compreensão da exploração e do balanço referente ao exercício económico de 2020.

### I – ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

Efetuar um enquadramento macroeconómico dos acontecimentos e factos mais determinantes de um determinado ano é, já de si, um exercício de elevada abstração e síntese, na medida em que obriga a uma seleção, análise e julgamento de quais os factos ou acontecimentos que devem ser referidos em detrimento de outros. No entanto, tal exercício torna-se particularmente complexo para o ano de 2020, atendendo à quantidade e natureza dos eventos ocorridos.

O ano de 2020 iniciou-se num contexto de crescimento económico mundial, envolto numa moderada incerteza, tensões e riscos geopolíticos em torno das eleições presidenciais nos EUA, nas negociações do BREXIT entre a União Europeia e o Reino Unido e a Guerra Comercial e de Tarifas entre os EUA e a China. Porém, o nível de incerteza escalou de uma forma dramática e sem precedentes com a rápida evolução do surto de infeção por um novo coronavírus, o SARS-CoV-2, que provoca a COVID-19, responsável por infeções respiratórias, as quais nos casos mais graves requerem cuidados intensivos hospitalares, sendo também responsável por um elevado número de mortes, sobretudo entre a população mais idosa e em grupos de risco. A sua proliferação internacional levou a Organização Mundial de Saúde (OMS) a declarar, em 11 de março, o surto como uma pandemia, mobilizando as autoridades políticas, sanitárias e a comunidade científica a encetarem esforços para controlar a sua propagação, a estabelecer medidas de minimização dos impactos económicos e sociais e ao investimento em investigação e desenvolvimento científico na busca de uma vacina.

De uma coisa não temos dúvidas, recordaremos o ano de 2020 como um ano cheio de desafios: sanitários, humanitários e económicos. Desde o primeiro momento em que a crise pandémica eclodiu que as autoridades não têm poupado esforços para controlar a transmissão do SARS-CoV-2 e manter a capacidade de resposta dos seus sistemas de saúde, o que conduziu a períodos de confinamento generalizado da população, ao encerramento de fronteiras e à suspensão ou limitação de um vasto conjunto de



atividades económicas em diferentes momentos ao longo do ano de 2020. Estas suspensões e limitações, alavancadas pelo receio da população de se expor a situações de risco para a sua saúde deram por sua vez origem a novos padrões de mobilidade, de trabalho e de consumo que fomentaram novas práticas e hábitos, desde o teletrabalho ao e-commerce, que muito provavelmente se irão manter após esta crise, ainda que com menor intensidade.

Em resposta à crise, de uma forma geral, os diversos Estados e autoridades monetárias foram reagindo com medidas de política orçamental, tais como estímulos de proteção e salvaguarda económica, financeira e do mercado de trabalho, com programas de flexibilização, lay-off, estímulos económicos e financeiros, e medidas de política monetária, tais como mecanismos para garantir a liquidez nos mercados financeiros e de financiamento de dívida pública, apenas comparáveis com os ocorridos no pós Segunda Guerra Mundial.

Apesar de todos os esforços para minimizar as consequências da crise, não foi possível evitar a maior contração da Economia Mundial desde a Grande Depressão de 1929, com uma redução de 3,5% no ano de 2020, que compara com um crescimento de 2,9% em 2019, de acordo com os dados da Comissão Europeia.

No que concerne à Zona Euro, e de acordo com a Comissão Europeia, o impacto económico da crise fez-se sentir de forma mais intensa e assimétrica, afetando sobretudo as economias mais dependentes da atividade turística internacional, nomeadamente os casos de Espanha, Itália, Grécia e Portugal. Não obstante os estímulos económicos introduzidos pelos Estados, registou-se uma forte deterioração da atividade económica, com o PIB a contrair 7,7 % em 2020 (+1,2 % em 2019) e o desemprego a situar-se em 9,6 %, refletindo um aumento de 2,1 pp. Deste modo, verificou-se uma queda abrupta das receitas fiscais e, com as medidas de combate à pandemia, assistiu-se a um aumento da despesa pública, agravando a dívida pública do conjunto da Zona Euro para 98,4% do PIB (84,0% do PIB em 2019). Como resposta ao agravamento das condições económicas e financeiras dos Estados Membros, a Comissão Europeia, flexibilizou, pela primeira vez na história, as regras de disciplina orçamental previstas no Pacto de Estabilidade e Crescimento e aprovou um programa de estímulos alinhado com as suas prioridades estratégicas, destinado a impulsionar a recuperação económica da União Europeia (UE), que se traduziu no programa Next Generation EU, que permitirá um conjunto de investimentos e o reforço do orçamento plurianual da UE para o período 2021-2027.

Nos Estados Unidos da América, o impacto da pandemia foi igualmente severo, com o PIB a contrair 3,5% (+2,2% em 2019), apesar da contração ter sido inferior a inicialmente estimada pelos analistas, para o que contribuíram vários pacotes de estímulos introduzidos pelo governo americano. A Reserva Federal adotou também uma política mais expansionista, em resposta à crise, de modo a garantir a liquidez do sistema financeiro. O conjunto destas políticas permitiu manter o rendimento disponível das famílias em plena crise, compensando os elevados níveis de desemprego entretanto

verificados. Ao nível do mercado de trabalho, o desemprego teve uma evolução radical, passando do nível mais baixo dos últimos 50 anos, para o valor mais elevado de sempre no início do segundo trimestre, o qual foi controlado com as políticas adotadas, encerrando o ano nos 6,7%. Em termos políticos, o ano foi marcado pelo clima de críspação entre Republicanos e Democratas provocado pelas eleições do novo presidente, que culminaram na eleição de Joe Biden, o que faz prever uma viragem na política externa e comercial dos EUA já nos próximos tempos.

Em Portugal, com o agravamento da crise pandémica desde o final do primeiro trimestre, foram introduzidas medidas sanitárias extraordinárias com o objetivo de conter o aumento do número de contágios. Consequentemente, foi decretado o Estado de Emergência e determinado um confinamento e encerramento das atividades económicas, com o propósito de proteger a capacidade de resposta do sistema nacional de saúde. Paralelamente, à semelhança de medidas idênticas adotadas noutros países, foi adotado um conjunto de medidas extraordinárias com o propósito de preservar a estrutura produtiva e salvaguardar o rendimento de algumas atividades económicas.

Infelizmente, tais medidas não evitaram uma queda abrupta do PIB durante o segundo trimestre, o qual registou igualmente uma recuperação significativamente rápida a partir do terceiro trimestre, com o levantamento gradual das restrições. Esta recuperação foi impulsionada pela procura interna, em especial pelo consumo privado, enquanto que a procura externa, apesar de ter melhorado ligeiramente, não foi suficientemente forte, devido à fragilidade do turismo e da exportação de serviços. No entanto, a partir do quarto trimestre, o ressurgimento dos contágios na segunda vaga prejudicou fortemente a recuperação iniciada, terminando o ano com uma queda do PIB de 7,6%, fruto da drástica redução do consumo das famílias, do colapso das exportações, em especial do turismo internacional. No mercado de trabalho, saliente-se igualmente uma degradação inferior à estimada, fruto das medidas de apoio e proteção implementadas, tendo-se a taxa de desemprego, ainda assim, situado nos 6,8% em 2020 (6,5% em 2019).

No entanto, a contenção do impacto da crise no mercado de trabalho, aliada ao aumento significativo dos apoios sociais, criou condições para evitar uma redução do rendimento disponível das famílias em 2020, depois de 5 anos consecutivos de crescimento. Também de forma contrastante com a redução da atividade económica, as condições financeiras mantiveram-se favoráveis ao longo do ano, com taxas de juro a permanecerem em níveis baixos como reflexo das decisões de política monetária adotadas pelo Banco Central Europeu. No entanto, o elevado nível de incerteza que vigorou desde meados de março e a redução da confiança das famílias conduziram a uma redução abrupta da atividade de crédito ao consumo e a um aumento histórico do nível de poupança.

A redução generalizada da procura pressionou em baixa o nível geral de preços, tendo a inflação encerrado o ano com uma redução de 0,1% em 2020 (+0,3% em 2019).



Relativamente à execução orçamental, as medidas de apoio implementadas pela necessidade de combater a pandemia e apoiar a economia, agravaram o défice orçamental, prevendo o governo fechar o ano de 2020 com um défice de 7,2% do PIB.

## II-A ATIVIDADE DA FUNDAÇÃO

O ano de 2020 foi marcado por diversos eventos, que condicionaram significativamente a atividade da Fundação durante este exercício, nomeadamente a situação pandémica vivida no país e no mundo. Tal como já referido no enquadramento macroeconómico, os receios e as limitações impostas aos agentes económicos e aos consumidores, com as restrições à mobilidade e os confinamentos decretados, deram origem a alterações nos padrões de consumo e a novas práticas e hábitos de consumo, os quais foram sentidos de forma significativa no mercado em que a Fundação atua e na sua atividade.

Cumpra salientar que, embora as papelarias tivessem sido incluídas nas atividades excecionadas da obrigação de suspensão de atividade prevista no artigo 8.º do Decreto n.º 2-A/2020 de 20 de março, o mesmo não sucedeu com as livrarias, quer as localizadas em lojas de rua, quer em centros comerciais. Esta situação determinou a ausência de um dos principais canais de distribuição da Revista Ler, com as consequências infra-apresentadas.

Não obstante as limitações impostas pela Pandemia COVID-19, a Fundação prosseguiu a sua atividade, tendo implementado alterações no seu modelo de organização do trabalho, por forma a garantir a segurança e a redução de riscos de contágio. Nesse sentido adotou-se, sempre que possível, o teletrabalho.

O exercício de 2020 foi essencialmente marcado pelas seguintes atividades:

- Prémio Literário José Saramago: preparação das atividades relativas à atribuição do décimo segundo Prémio Literário José Saramago, cuja periodicidade é bienal e que seria atribuído no ano de 2021. Porém, tendo em consideração que o Centenário de José Saramago ocorrerá no ano de 2022, o Conselho de Administração deliberou fazer coincidir a atribuição deste Prémio com as comemorações que decorrerão nesse ano, tendo consequentemente esta edição sido diferida.
- Revista Ler: no exercício de 2020 manteve-se a atividade associada à Revista Ler, com publicação trimestral em suporte papel e presença nas plataformas digitais de comunicação social, através de blogue, página no Facebook e Twitter. Contudo, os constrangimentos resultantes da Pandemia COVID-19, que implicaram, designadamente, a ausência de canais de distribuição em parte do presente



exercício, determinaram a opção pela publicação de apenas duas edições da Revista.

### III- DESEMPENHO ECONÓMICO-FINANCEIRO

Com base no desempenho da Fundação Círculo de Leitores, o resultado líquido no exercício de 2020 revelou-se positivo totalizando o valor de oito mil trezentos e sete euros e sessenta e dois cêntimos.

#### GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS

A gestão dos riscos financeiros é efetuada e monitorizada de forma integrada no âmbito das funções financeiras do Grupo e acompanhada proximamente pelo seu Conselho de Administração. Neste âmbito, a Fundação monitoriza a exposição e adota políticas de gestão de risco de crédito, risco de liquidez, risco de taxa de juro, risco de taxa de câmbio, risco de capital e risco financeiro. A gestão destes riscos é exaustivamente descrita na nota 4 do anexo às demonstrações financeiras.

### IV – PERSPECTIVAS FUTURAS

O final do ano de 2020 e o início do ano de 2021 foram marcados por um elevado otimismo em torno da aprovação das primeiras vacinas contra a COVID-19, gerando um sentimento económico positivo nos agentes económicos sobre o fim da crise, permitindo assim uma recuperação económica acelerada, a que alguns analistas apelidaram de "recuperação em forma de V, de vacina". No entanto, o avanço da terceira vaga de contágios, que obrigou à introdução das primeiras restrições em alguns países ainda no final de 2020, agravou-se substancialmente durante o mês de janeiro um pouco por toda a Europa, associado à descoberta e propagação de novas estirpes, mais agressivas e contagiosas, colocando sobre pressão os sistemas de saúde e levando à reintrodução de mais um longo período de confinamento e restrições à mobilidade e atividade económica.

Deste modo, apesar de um início de ano com algum otimismo e esperança, rapidamente as perspetivas económicas ficaram rodeadas de elevada incerteza, obrigando os diversos Estados a reativarem e reforçarem os programas de apoio governamental. A incerteza em torno da evolução epidemiológica, da cadência dos planos de vacinação, muito dependentes do ritmo de produção e abastecimento das vacinas por parte das farmacêuticas, continua e continuará a condicionar e a penalizar toda a atividade económica e o mercado de trabalho, afetando de forma significativa as atividades relacionadas com o turismo, lazer e, por sua vez, a exportação de serviços das economias mais dependentes do turismo internacional, criando uma assimetria no mapa da recuperação económica.

5



A médio prazo, as perspetivas para o conjunto do ano de 2021 são positivas, perspetivando-se um crescimento da economia mundial de 5,5%, de acordo com as previsões do BPI, apesar da elevada incerteza em torno do plano de implementação das vacinas, para além dos riscos geopolíticos que, apesar da recente eleição de Joe Biden como presidente dos EUA, continuarão a subsistir, nomeadamente entre estes e a China. De salientar que a China terá sido a única grande economia com crescimento positivo em 2020, reforçando a sua posição de gigante industrial e produtor mundial, antecipando-se que acelere o crescimento de forma mais intensa em 2021 para 8,1%.

Relativamente aos EUA, antecipa-se uma recuperação significativa em torno de 5,1% para o ano de 2021. Apesar de um início de 2021 com forte incidência nos contágios, a economia tem revelado uma grande capacidade de resistência, fruto dos programas de apoio sucessivamente lançados para a apoiar.

Para a Zona Euro, um início de ano bastante complicado, com os sistemas nacionais de saúde sob forte pressão e com as restrições à mobilidade e às atividades económicas severamente aplicadas, atrasou o processo de recuperação desta região. As expectativas dos analistas para o conjunto do ano preveem uma forte recuperação económica, ainda assim inferior à dos EUA e China, em torno de 4,3%, esperando-se que ganhe velocidade a partir do segundo trimestre, com o alívio das medidas restritivas, com a evolução das políticas de vacinação e, sobretudo, dos fortes investimentos que se espera sejam induzidos pelo programa Next Generation EU e da manutenção da política monetária acomodaticia que tem vindo a ser seguida pelo BCE, ainda assim insuficiente para que se recupere, ainda em 2021, os níveis anteriores à pandemia.

Portugal continuará a ver a sua economia fortemente penalizada pelos condicionalismos ao consumo e às atividades turísticas, perspetivando-se um crescimento moderado do PIB, em torno dos 4,9%, ligeiramente acima da média da Zona Euro. Adicionalmente, a reintrodução de restrições sociais no início do ano aumentará a pressão financeira sob os agentes económicos em dificuldades, levando a um acréscimo de episódios de incumprimento de crédito e insolvência que deverá impulsionar o aumento da taxa de desemprego em 2021 para níveis em torno dos 9,1%. Adicionalmente, a extinção do programa de moratórias de crédito, prevista para setembro 2021, deverá intensificar a pressão sobre as finanças das famílias, das empresas e sobre o setor bancário no final do ano, penalizando o ritmo de recuperação da atividade económica. Contudo, perspetiva-se um segundo semestre mais positivo, beneficiando também da implementação do programa de relançamento da economia europeia, o Next Generation EU, com os fundos a chegarem à economia. Finalmente, a recuperação moderada da procura agregada deverá limitar as pressões inflacionistas, sendo previsível que a taxa de inflação recupere para níveis anteriores à pandemia em torno de 1%.

Tendo em conta os riscos e incertezas ao nível do mercado interno, gostaríamos de reafirmar a necessidade de atuarmos com muita prudência, mantendo o enfoque no

6





processo de racionalização de custos iniciado há alguns anos e reforçado nos últimos anos.

Dentro deste enquadramento económico, a Fundação Círculo de Leitores diversificou as suas fontes de financiamento que incluem a consignação de IRS, situação que se mantém desde há vários anos.

Com efeito, enquanto instituição sem fins lucrativos atuante no setor da cultura, cuja atividade é de "Manifesto Interesse Cultural", a Fundação foi incluída na lista de entidades a quem as pessoas singulares podem consignar, gratuitamente, 0,5% do IRS.

Esta possibilidade traduz o reconhecimento de que a Fundação Círculo de Leitores tem cumprido os objetivos estabelecidos na sua instituição em 1995, a saber: a divulgação da cultura escrita e do vasto património literário português, o fomento dos hábitos individuais e sociais de leitura e a promoção de um melhor conhecimento e uso, oral e escrito, da língua portuguesa.

A consignação deste valor, que não implica qualquer custo acrescido para o doador ou para o seu agregado familiar é de extrema importância para a Fundação Círculo de Leitores, uma vez que permitirá desenvolver a sua missão de divulgação da cultura escrita, do património literário e dos autores de língua portuguesa de forma mais eficaz.

Dos objetivos estratégicos definidos para o ano de 2021, destacamos os principais:

- Atividades conducentes à atribuição do Prémio Literário José Saramago, em 2022;
- Prosseguimento da edição da Revista Ler.

#### V – OUTROS FACTOS RELEVANTES

Após o encerramento das contas do exercício de 2020, para além do abaixo referido, não é do conhecimento da Administração a ocorrência de qualquer outro facto a salientar, passível de alterar as Demonstrações Financeiras apresentadas.

O Conselho de Administração tem acompanhado, com grande preocupação, os desenvolvimentos relacionados com a Pandemia COVID-19, estando para tal a acompanhar de perto as posições da Direção Geral da Saúde (DGS). Com o agravamento da situação epidemiológica, e com o agravamento das medidas de restrição, o país entrou numa segunda fase de confinamento, a partir de 15 de janeiro, com o encerramento de todas as atividades comerciais não essenciais. Embora, desde o primeiro momento as papelarias tivessem sido incluídas nas atividades excecionadas da obrigação de suspensão de atividade, tal apenas veio a ocorrer, no que respeita às livrarias, em momento posterior.



Tendo em conta o elevado risco de contágio existente e seguindo as orientações das autoridades competentes, o Conselho de Administração tem vindo a desenvolver e implementar planos de prevenção e de contingência de modo a salvaguardar os colaboradores da Fundação, bem como a operacionalização da atividade, acompanhando de perto a evolução da situação epidemiológica, bem como as medidas de apoio que, entretanto, têm vindo a ser disponibilizadas.

Os impactos em 2021, decorrentes da Pandemia COVID-19, continuam incertos. No entanto, é expectativa do Conselho de Administração que os mesmos sejam similares aos que se verificaram durante a primeira fase do confinamento, ocorrida em 2020, e que se traduziu numa redução da atividade da Fundação.

#### VI – DISPOSIÇÕES LEGAIS



Nos termos do Art.º 21.º do DL 411/91, de 17 de outubro, declara-se que não existe qualquer dívida vencida à segurança social.

Nos termos do Decreto-Lei nº 534/80 de 7 de novembro, declara-se que não existem quaisquer dívidas em mora ao Estado.

#### VII – PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

Conforme consta das Demonstrações Financeiras, anexas ao presente relatório, o resultado líquido do exercício de 2020 é de 8.307,62 € (oito mil trezentos e sete euros e sessenta e dois cêntimos).

Nos termos legais e estatutários a Administração da Fundação propõe ao Conselho de Curadores que o resultado seja transferido para a conta de Resultados Transitados.

 8  






## IIX – AGRADECIMENTOS


O Conselho de Administração da Fundação Círculo de Leitores gostaria de expressar o seu agradecimento a todos os colaboradores, pela continuada demonstração de empenho e dedicação, aos clientes, pela confiança e preferência pelos seus serviços, e aos fornecedores e demais parceiros, pelo contínuo apoio prestado à Organização.

Lisboa, 16 de março de 2021

A Administração,

  
Paulo Miguel de Lima e Oliveira

  
Ana Beatriz Lopes Monteiro

✓  
  
Elísio Fernando Borges Maia



**BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020**

(valores em euros)

RUBRICAS	Notas	2020	2019
<b>ATIVO</b>			
Ativo corrente			
Inventários	6	13 188,05	9 194,05
Clientes	7	25 752,99	12 384,22
Estado e outros entes públicos	8	5,29	26,17
Créditos a receber	9	16 856,70	18 125,05
Caixa e depósitos bancários	4	98 962,29	113 333,76
		154 865,32	153 063,27
<b>Total do ativo</b>		<b>154 865,32</b>	<b>153 063,27</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>			
Capital próprio			
Capital subscrito	10	74 819,68	74 819,68
Reservas		63 341,64	63 341,64
Resultados transitados	11	(43 108,11)	(64 537,96)
		95 053,21	73 623,36
Resultado líquido do período		8 307,62	21 428,85
<b>Total do capital próprio</b>		<b>103 360,83</b>	<b>95 053,21</b>
Passivo			
Passivo corrente			
Fornecedores	12	11 433,94	15 613,29
Estado e outros entes públicos	5	7 274,05	7 339,30
Acionistas/sócios			
Outras dívidas a pagar	13	27 767,16	33 039,17
Diferimentos	14	6 029,32	2 018,30
		51 504,49	58 010,06
<b>Total do passivo</b>		<b>51 504,49</b>	<b>58 010,06</b>
<b>Total do capital próprio e do passivo</b>		<b>154 865,32</b>	<b>153 063,27</b>

Lisboa, 16 de Março de 2021

O CONTABILISTA CERTIFICADO,

*Paulina Susana Almeida Ferreira*

CONSELHO ADMINISTRAÇÃO,

*Paulina Almeida*  
*Juana*



DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS  
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(valores em euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	2020	2019
Vendas e serviços prestados	15	38 533,72	86 643,68
Subsídios à exploração	16	69 673,57	118 418,20
Variação nos inventários de produção	17	20 777,12	25 348,40
Fornecimentos e serviços externos	18	(38 029,85)	(90 221,00)
Gastos com o pessoal	19	(84 690,24)	(70 182,44)
Imparidade do inventários (perdas/reversões)	6	7 537,69	(9 472,57)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	7	-	9 225,00
Outros rendimentos	20	4,81	4 346,62
Outros gastos	21	(23 511,98)	(45 216,85)
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>8 288,61</b>	<b>18 085,04</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-	-
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>8 288,61</b>	<b>18 085,04</b>
Juros e gastos similares suportados / obtidos	22	21,11	3 344,81
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>8 309,72</b>	<b>21 429,85</b>
Imposto sobre o rendimento do período		-	-
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>8 309,72</b>	<b>21 429,85</b>

Lisboa, 18 de Março de 2021

O CONTABILISTA CERTIFICADO,

*Patrícia Susana Almeida Pereira*

CONSELHO ADMINISTRAÇÃO,

*T. H. P. L. - O. L.*  
*J. L. V.*



RENTABILIDADE ATENDIDAS, SEM ATRIBUIÇÃO DE VOTO, RESERVAS, RESERVOS OU FUNDOS

Grupos	Atividades desenvolvidas pelo grupo	Número de beneficiários	Número de famílias beneficiadas	Número de reuniões	Número de reuniões individuais	Número de reuniões de grupo	Número de reuniões de grupo	Número de reuniões de grupo	Número de reuniões de grupo	Número de reuniões de grupo	Número de reuniões de grupo	Número de reuniões de grupo	Número de reuniões de grupo		Número de reuniões de grupo	
													em 2014	em 2015		
1														2014	2015	
2														2014	2015	
3														2014	2015	
4														2014	2015	

1 - Grupo de Apoio ao Estudante  
 2 - Grupo de Apoio ao Estudante  
 3 - Grupo de Apoio ao Estudante  
 4 - Grupo de Apoio ao Estudante

Parque Chavely de Leitores  
 Rua Fátima nº 11 - Jd. Santa Rosa  
 São Paulo - SP - CEP: 04020-000  
 Tel: (11) 5016-0111 - Fax: (11) 5016-0100

*Roberto Siqueira Amorim*  
 Presidente do Conselho

Form. T. 10 - 000-1001 - 2007/14

REGISTRO DE DOAÇÃO DE BENS MATERIAIS EM DINHEIRO Nº 107/2014 - 2014

Nº	DATA RECEITA REALIZADA	VALOR	DESCRICÃO	VALOR RECEBIDO	VALOR RECEBIDO EM DINHEIRO	VALOR RECEBIDO EM ESPÉCIE	VALOR RECEBIDO EM TERMO DE	VALOR RECEBIDO EM TERMO DE			VALOR RECEBIDO EM TERMO DE	
								IMÓVEL	VEÍCULO	OUTROS		
10	14/07/14	R\$ 10.000,00	Doação em dinheiro em espécie para aquisição de livros e materiais didáticos	R\$ 10.000,00								
11	08/07/14	R\$ 10.000,00	Doação em dinheiro em espécie para aquisição de livros e materiais didáticos	R\$ 10.000,00								
12	08/07/14	R\$ 10.000,00	Doação em dinheiro em espécie para aquisição de livros e materiais didáticos	R\$ 10.000,00								
TOTAL												
				R\$ 30.000,00								R\$ 30.000,00

10 de Março de 2014  
 R. Souza Almeida  
 Presidente da Fundação

10 de Março de 2014  
 R. Souza Almeida  
 Presidente da Fundação



DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA  
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(valores em euros)

RUBRICAS	Notas	2020	2019
<b>Fluxos de caixa das actividades operacionais</b>			
Recebimentos de clientes		87 164,10	176 642,32
Pagamentos a fornecedores		(57 456,60)	(142 111,83)
Pagamentos ao pessoal		(51 177,46)	(50 367,80)
Caixa gerada pelas operações		(21 172,96)	(15 836,71)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(5,29)	(13,75)
Outros recebimentos/pagamentos		(62 887,92)	(63 278,45)
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		(84 066,17)	(79 148,52)
<b>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</b>			
Recebimentos provenientes de:			
Doações	15	69 672,57	116 410,20
Outras operações de financiamentos		21,11	55,02
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		69 694,68	116 471,22
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)</b>		(14 371,49)	37 322,70
Efeito das diferenças de câmbio			-
Caixa e seus equivalentes no início do período		112 333,78	75 011,49
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	97 962,29	112 332,78

Lisboa, 16 de Março de 2021

O CONTABILISTA CERTIFICADO,

*Paulina Susana Almeida Fernandes*

CONSELHO ADMINISTRAÇÃO,

*Paulina Almeida*  
*[Assinatura]*





## Anexo

### 1. Identificação da entidade

1.1 Designação da entidade: Fundação Círculo de Leitores.

1.2 Sede: Rua Professor Jorge da Silva Horta, 1, Lisboa.

1.3 NIPC: 503476080.

1.4 Natureza da atividade: A Fundação Círculo de Leitores é uma pessoa coletiva de utilidade pública, tendo sido constituída por escritura pública a 11 de abril de 1995 e declarada instituição de utilidade pública em 27 de abril de 1999, pela Presidência do Conselho de Ministros, com base no diploma Decreto-lei n.º 460/77 de 07 de novembro, por publicação no diário da república, 2.ª série a 12 de maio de 1999.

A Fundação Círculo de Leitores tem por missão a divulgação da cultura escrita e do vasto património literário português, o fomento dos hábitos individuais e sociais de leitura e a promoção de um melhor conhecimento e uso, oral e escrito da língua portuguesa.

### 2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As presentes demonstrações financeiras, foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística ("SNC"), que inclui as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro ("NCRF"), conforme disposto no Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 96/2015, de 2 de junho.

As demonstrações financeiras, que incluem o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo, serão aprovadas pelos órgãos sociais competentes, no dia 16 de março de 2021, são expressas em euros e foram preparadas de acordo com os pressupostos da continuidade e do regime do acréscimo no qual os itens são reconhecidos como ativos, passivos, capital próprio, rendimentos e gastos quando satisfaçam as definições e os critérios de reconhecimento para esses elementos contidos na estrutura conceptual, em conformidade com as características qualitativas da compreensibilidade, relevância, materialidade, fiabilidade, representação fidedigna, substância sobre a forma, neutralidade, prudência, plenitude e comparabilidade.

As políticas contabilísticas apresentadas na nota 3, foram utilizadas nas demonstrações financeiras para o período findo a 31 de dezembro de 2020 e na informação financeira comparativa apresentada nestas demonstrações financeiras para o período findo a 31 de dezembro de 2019.

2.2 Não foram feitas derrogações às disposições do SNC.

2.3 Os elementos constantes nas presentes Demonstrações Financeiras são comparáveis com os do período anterior.



### 3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na preparação das demonstrações financeiras apresentam-se como segue:

3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras  
As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, a partir dos registos contabilísticos da empresa.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF requer que o Conselho de Administração formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos ativos, passivos, rendimentos e gastos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros fatores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As questões que requerem um maior índice de julgamento ou complexidade, ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são apresentadas na Nota 3.3 - Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras.

#### 3.2 Outras políticas contabilísticas relevantes

##### *Inventários*

Os inventários são valorizados ao menor entre o seu custo de aquisição e o seu valor realizável líquido. O custo dos inventários inclui todos os custos de compra e custos de conversão. O valor realizável líquido deste ativo corresponde ao preço de venda estimado no decurso normal da atividade deduzido dos respetivos custos de venda diretos.

O método de custeio das saídas de armazém (consumos) é o custo médio ponderado.

A Empresa reduz o custo dos inventários (write down) para o seu valor realizável líquido sempre que esses ativos estão escriturados por quantias superiores àquelas que previsivelmente resultariam da sua venda ou uso.

##### *Imparidade de ativos*

A Empresa realiza testes de imparidade sempre que os eventos ou alterações envolvidas indiquem que o valor pelo qual se encontram registados nas demonstrações financeiras não seja recuperável.

Sempre que o valor recuperável determinado é inferior ao valor contabilístico dos ativos, a Empresa avalia se a situação de perda assume um caráter permanente e definitivo, e se sim, regista a respetiva perda por imparidade. Nos casos em que a perda não é considerada permanente e definitiva, é feita a divulgação das razões que fundamentam essa conclusão.

Quando há lugar ao registo ou reversão de imparidade, a amortização e depreciação dos ativos são recalculados prospectivamente de acordo com o valor recuperável.



#### *Créditos a receber*

Os créditos a receber são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor, sendo subsequentemente valorizados ao custo ou custo amortizado, utilizando o método da taxa de juro efetiva, sendo apresentados em balanço deduzidos das perdas por imparidade que lhe estejam associadas.

As perdas por imparidade são registadas com base na avaliação regular da existência de evidência objetiva de imparidade associada aos créditos de cobrança duvidosa na data do balanço. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

Esta rubrica não se apresenta influenciada pela aplicação dos valores descontados porque a Empresa considera que o impacto não é materialmente relevante.

#### *Dívidas a pagar*

As dívidas a pagar são inicialmente reconhecidas ao justo valor, sendo deduzidas dos custos imputáveis à emissão da dívida, sendo subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado (quando o valor temporal do dinheiro seja materialmente relevante).

#### *Caixa e equivalentes de caixa*

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, onde se incluem o dinheiro em caixa, depósitos à ordem e investimentos financeiros a curto prazo, prontamente convertíveis para quantias conhecidas de dinheiro com um risco insignificante de alterações de valor.

#### *Transações em moeda estrangeira*

As transações em moeda estrangeira são convertidas para euros à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas nos resultados.

As diferenças de câmbio resultantes da liquidação de itens monetários ou do relato de itens monetários a taxas diferentes das que foram inicialmente registadas durante o período, ou relatadas em demonstrações financeiras anteriores são reconhecidas nos resultados do período em que ocorrem.

#### *Ativos e passivos contingentes*

A Empresa não reconhece ativos e passivos contingentes, pois é remota a possibilidade de um exfluxo ou de um influxo de recursos que incorporem benefícios económicos.

Os ativos e passivos contingentes são avaliados continuamente para assegurar que os desenvolvimentos estão apropriadamente refletidos nas demonstrações financeiras.

REC 30 - 00000101 - 200813





#### *Rédito*

O rédito é mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido pela empresa quando tiverem sido satisfeitas todas as condições seguintes:

- A Empresa tenha transferido para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens;
- A Empresa não mantenha envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse, nem o controlo efetivo dos bens vendidos;
- A quantia do rédito é fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a Empresa;
- Os custos incorridos com a transação e os custos para concluir a transação possam ser fiavelmente mensurados.

O rédito compreende os montantes faturados na venda de produtos ou prestações de serviços líquidos de impostos sobre o valor acrescentado, abatimentos e descontos.

O rédito associado a uma prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data do balanço.

#### *Benefícios dos empregados*

A Empresa reconhece em gastos os benefícios a curto prazo de empregados para os empregados que tenham prestado serviço no respetivo período contabilístico, e como um passivo as responsabilidades futuras deduzidas dos quantios já liquidados ou adiantados à data do balanço.

#### *Reconhecimento de gastos e rendimentos*

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime do acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas de outros ativos ou passivos conforme sejam valores a receber ou a pagar.

#### *Gastos/ Rendimentos de financiamentos*

Os gastos/ rendimentos de financiamentos incluem os juros pagos pelos empréstimos obtidos, os juros recebidos de aplicações efetuadas, os ganhos e perdas resultantes de diferenças de câmbio, os ganhos e perdas realizados.

Os juros são reconhecidos de acordo com o regime do acréscimo.

Os juros de aplicações financeiras e outros rendimentos de investimentos efetuados são reconhecidos, na demonstração dos resultados em outros rendimentos.



#### *Acréscimos e diferimentos*

As transações são reconhecidas contabilisticamente no momento em que são geradas, independentemente do momento em que são pagas ou recebidas. As diferenças entre os valores recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados no balanço, nas rubricas "Diferimentos" e "Outras dívidas a pagar" e "Créditos a receber".

#### *Subsídios e outros apoios das entidades públicas*

Um subsídio das entidades públicas não é reconhecido, até que haja segurança razoável de que a Empresa cumprirá as condições a ele associadas, e que o subsídio será recebido.

Um subsídio das entidades públicas que se torne recebível como compensação por gastos já incorridos ou para dar suporte financeiro imediato à Empresa sem qualquer futuro gasto relacionado é reconhecido como rendimento do período em que se tornar recebível.

#### *Acontecimentos após a data de balanço*

Após a data de balanço, para além dos acontecimentos referidos na nota 3.4, não ocorreram acontecimentos com lugar a ajustamentos das demonstrações financeiras da Empresa.

### 3.3 Principais estimativas e julgamentos

As NCRF requerem que sejam efetuadas estimativas e julgamentos no âmbito da tomada de decisão sobre alguns tratamentos contabilísticos com impactos nos valores reportados no total do ativo, passivo, capital próprio, gastos e rendimentos. Os efeitos reais podem diferir das estimativas e julgamentos efetuados, nomeadamente no que se refere ao efeito dos gastos e rendimentos reais.

As principais estimativas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos são discutidos nesta nota com o objetivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados pela Empresa e a sua divulgação. Uma descrição detalhada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela Empresa é apresentada na Nota 3.2 do Anexo.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pela Empresa, os resultados reportados poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente tivesse sido escolhido. A Gerência considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Empresa e o resultado das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes. Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas são mais apropriadas.

#### *Recuperabilidade de saldos devedores de clientes e outros devedores*

As perdas por imparidade relativas a saldos devedores de clientes e outros devedores são baseadas na avaliação efetuada pela Empresa da probabilidade de recuperação dos saldos das contas a receber, antiguidade de saldos, anulação de dívidas e outros fatores. Existem determinadas circunstâncias e factos que podem alterar a estimativa das perdas por imparidade dos saldos das contas a receber face aos pressupostos considerados, incluindo alterações da conjuntura económica, das tendências setoriais, da deterioração da situação



créditos dos principais clientes e de incumprimentos significativos. Este processo de avaliação está sujeito a diversas estimativas e julgamentos.

#### 3.4 Principais pressupostos relativos ao futuro

Não foram identificadas pelo Conselho de Administração da Fundação situações que sejam suscetíveis de provocar ajustamentos materiais nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano seguinte ou mesmo que coloquem em causa a continuidade da Fundação.

A Empresa tem acompanhado, com grande preocupação, os desenvolvimentos relacionados com a Pandemia COVID-19, estando para tal a acompanhar de perto as posições da Direção Geral da Saúde (DGS). Com o agravamento da situação epidemiológica, e com o agravamento das medidas de restrição, Portugal entrou numa segunda fase de confinamento, a partir de 15 de janeiro de 2021, com o encerramento de todas as atividades comerciais não essenciais. A venda de jornais e revistas nos espaços físicos dedicados a papelaria e tabacarias permaneceram abertos, dado que estes serviços estão definidos como bens essenciais. Tendo em conta o elevado risco de contágio existente e seguindo as orientações das autoridades competentes, a Empresa tem vindo a desenvolver e implementar planos de prevenção e de contingência de modo a salvaguardar o colaborador da empresa, bem como a operacionalização do negócio, acompanhando de perto a evolução da situação epidemiológica, bem como as medidas de apoio que, entretanto, têm vindo a ser disponibilizadas.

Os impactos em 2021, decorrentes da Pandemia Covid-19, continuam incertos, no entanto é expectativa da Administração que os mesmos sejam similares aos que se verificaram durante a primeira fase de confinamento ocorrida em 2020 e que se traduziu numa redução das vendas da Empresa.

Atendendo à atual situação financeira da empresa, é convicção da Administração que a Empresa tem capacidade para fazer face às suas responsabilidades tendo por base os seus fundos próprios e o suporte do seu Fundador, caso se revele necessário, e que o impacto da situação pandémica não afeta a recuperabilidade dos ativos.

#### 3.5 Principais fontes de incertezas das estimativas

As principais fontes de incertezas encontram-se detalhadas na Nota 3.3.

### 4. Fluxos de caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa é preparada segundo o método direto, através do qual são divulgados os recebimentos e pagamentos de caixa brutos em atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

A Empresa classifica os juros pagos como atividades de financiamento e os juros e os dividendos recebidos como atividades de financiamento.

4.1 Todos os saldos de caixa e seus equivalentes encontram-se disponíveis para uso na presente data.





4.2 Desagregação dos valores inscritos nas rubricas de caixa e depósitos bancários e outros instrumentos financeiros;

Descrição	2020	2019
Depósitos à ordem	98.962,29	113.333,78
<b>Total</b>	<b>98.962,29</b>	<b>113.333,78</b>

#### 5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Durante o presente período não existiram alteração das políticas contabilísticas.

#### 6. Inventários

Esta rubrica é analisada da seguinte forma:

Descrição	2020	2019
<b>Valor bruto</b>		
Mercadorias/embalagens	271,25	271,25
Produtos acabados e trabalhos em curso	88.832,64	90.376,33
	87.103,89	90.647,58
<b>Imparidades acumuladas</b>		
Imparidades do período	7.537,69	(9.472,57)
Imparidades de períodos anteriores	(81.453,53)	(71.980,98)
	(73.915,84)	(81.453,53)
<b>Total</b>	<b>13.188,05</b>	<b>9.194,05</b>

O movimento das imparidades de inventários é analisado da seguinte forma:

Descrição	Saldo inicial	Dotação	Reversão	Saldo final
Produtos acabados	(81.453,53)	(12.939,77)	20.477,46	(73.915,84)
<b>Total</b>	<b>(81.453,53)</b>	<b>(12.939,77)</b>	<b>20.477,46</b>	<b>(73.915,84)</b>

Ao abrigo da NCRF 16, a rubrica de inventários tem por base o ciclo de vida de cada revista e os respetivos prazos de colocação no mercado.



## 7. Clientes

A rubrica de clientes é analisada da seguinte forma:

Descrição	2020	2019
<b>Valor bruto</b>		
Clientes gerais	845,11	231,65
Partes relacionadas	24.907,88	12.152,57
	25.752,99	12.384,22
<b>Imparidade acumulada</b>		
Perdas por imparidade do período	-	9.225,00
Perdas por imparidade de períodos anteriores	-	(9.225,00)
	-	-
<b>Total</b>	<b>25.752,99</b>	<b>12.384,22</b>

## 8. Estado e outros entes públicos

A rubrica de estado e outros entes públicos é analisada da seguinte forma:

Descrição	2020	2019
<b>Ativo</b>		
Retenções de imposto sobre o rendimento	5,29	26,17
<b>Total</b>	<b>5,29</b>	<b>26,17</b>
<b>Passivo</b>		
Retenções de imposto sobre o rendimento	2.800,25	2.459,50
IVA a pagar	2.342,76	2.748,76
Contribuições para segurança social	2.131,04	2.131,04
<b>Total</b>	<b>7.274,05</b>	<b>7.339,30</b>

## 9. Outros créditos a receber

A rubrica de créditos a receber é analisada da seguinte forma:

Descrição	2020	2019
Outros devedores	16.956,70	18.125,05
<b>Total</b>	<b>16.956,70</b>	<b>18.125,05</b>



#### 10. Capital subscrito

O capital da Fundação resulta de uma dotação de 74.819,68 euros que se encontra integralmente subscrita pelo fundador Círculo de Leitores, S.A.

#### 11. Resultados transitados

A rubrica de resultados transitados apresenta, com referência a 31 de dezembro de 2020, o montante negativo de 43.108,11€. A variação positiva de 21.429,85 euros do exercício, corresponde à incorporação do resultado líquido do ano transato, conforme aprovado em Assembleia de Curadores.

#### 12. Fornecedores

A rubrica de fornecedores é analisada da seguinte forma:

Descrição	2020	2019
Fornecedores gerais	2 107,62	620,58
Partes relacionadas	9 326,32	14 992,71
<b>Total</b>	<b>11 433,94</b>	<b>15 613,29</b>

#### 13. Outras dívidas a pagar

A rubrica de outras dívidas a pagar é analisada da seguinte forma:

Descrição	2020	2019
Credores por acréscimos de gastos		
Pessoal	15 653,18	16 499,17
Outros acréscimos	12 114,00	14 540,00
<b>Total</b>	<b>27 767,18</b>	<b>33 039,17</b>

#### 14. Diferimentos

A rubrica de diferimentos é analisada da seguinte forma:

Descrição	2020	2019
Receltas antecipadas	5 029,32	2 018,30
<b>Total</b>	<b>5 029,32</b>	<b>2 018,30</b>



### 15. Vendas e serviços prestados

As vendas e serviços prestados analisam-se da seguinte forma:

Descrição	2020	2019
Vendas		
Revistas	21.733,72	55.043,68
Serviços prestados		
Publicidade	15.200,00	31.600,00
<b>Total</b>	<b>36.933,72</b>	<b>86.643,68</b>

### 16. Subsídios à exploração

Os subsídios à exploração decompõem-se da seguinte forma:

Descrição	2020	2019
Donativos de entidades privadas	60.000,00	111.250,00
Consignação IRS e IVA	9.673,57	5.166,20
<b>Total</b>	<b>69.673,57</b>	<b>116.416,20</b>

A Fundação Círculo de Leitores recebeu em 2020 e 2019 donativos da entidade Ponto Editora, S.A. com o intuito de financiar as atividades inerentes ao seu desempenho. Adicionalmente, na continuidade do exercício de 2019, em 2020, foi recebido o valor de 9.673,57 euros referente à consignação de IRS e IVA.

### 17. Variação nos inventários da produção

A rubrica de variação nos inventários da produção é analisada da seguinte forma:

Descrição	2020	2019
inventários iniciais		
Mercadorias/embalagens	271,25	271,25
Produtos acabados e intermédios	90.376,33	85.381,03
Produtos e trabalhos em curso	-	-
Regularizações	(24.320,81)	(20.351,1)
inventários finais (Nota 6)		
Mercadorias/embalagens	271,25	271,25
Produtos acabados e intermédios	84.032,64	90.376,33
Produtos e trabalhos em curso	2.600,00	-
<b>Total</b>	<b>20.777,12</b>	<b>25.345,40</b>



### 18. Fornecimentos e serviços externos

A rubrica de fornecimentos e serviços externos é detalhada da seguinte forma:

Descrição	2020	2019
Subcontratos	30.502,44	56.384,19
Serviços especializados		
Trabalhos especializados	66,60	10.913,01
Publicidade e propagação	-	15.689,53
Honorários	-	258,3
Conservação e reparação	697,78	300,00
Materiais		
Livros e documentação técnica		66,64
Energia e fluidos		
Combustíveis	855,78	1.484,22
Deslocações		
Deslocações e estadas	453,72	6.260,78
Transporte de mercadorias	-	85,36
Serviços diversos		
Rendas e alugueres	3.784,34	2.777,53
Comunicação	1.173,46	2.159,23
Seguros	330,46	305,04
Contencioso e notariado	25,00	175,00
Outros serviços	140,32	162,07
<b>Total</b>	<b>38.029,86</b>	<b>99.221,00</b>

### 19. Gastos com pessoal

A rubrica de gastos com pessoal é analisada da seguinte forma:

Descrição	2020	2019
Remuneração do pessoal	44.383,94	47.246,78
Encargos sobre remunerações	9.498,52	10.216,84
Seguros de acidentes no trabalho e doença profissional	801,62	474,90
Outros gastos com o pessoal	10.014,16	12.243,93
<b>Total</b>	<b>64.698,24</b>	<b>70.182,44</b>

O número médio de pessoas ao serviço da Empresa, foi de 1 empregado em 2020 e 2019, respetivamente.

10777/2020/2020

Fundação Círculo de Leitores  
Pessoa Coletiva da Utilidade Pública  
201C e Membro do Conselho de Registo Comercial do 1.º Grupo, N.º 501476262  
Rua Prof. Jorge de Silva Henriques, 1 - 1200-499 LISBOA  
Telf. 21 702 08 08 • Fax: 21 708 93 62

**20. Outros rendimentos**

A rubrica de outros rendimentos é analisada da seguinte forma:

Descrição	2020	2019
Venda de resíduos	4,51	72,09
Diferenças de câmbio favoráveis	-	337,50
Outros	-	3.036,94
<b>Total</b>	<b>4,51</b>	<b>4.346,52</b>

**21. Outros gastos**

A rubrica de outros gastos é analisada da seguinte forma:

Descrição	2020	2019
Impostos indiretos	-	0,16
Doativos concedidos	-	25.000,00
Abates de revistas	21.444,07	16.776,24
Quotizações	1.348,00	1.364,00
Outros	1.119,00	2.076,45
<b>Total</b>	<b>23.911,07</b>	<b>45.216,85</b>

**22. Juros e gastos/rendimentos similares**

A rubrica de juros e gastos/rendimentos similares é analisada da seguinte forma:

Descrição	2020	2019
Juros obtidos bancários	21,11	5,02
Outros rendimentos similares	-	3.200,79
<b>Total</b>	<b>21,11</b>	<b>3.244,81</b>

**23. Passivos contingentes**

Não se identificam passivos contingentes.

**24. Ativos contingentes**

Não se identificam ativos contingentes.

12







## 25. Divulgações exigidas por diplomas legais

Informação requerida de acordo com os diplomas legais:

- a) A Empresa não tem contribuições em dívida à Segurança Social; e
- b) A Empresa não tem impostos em mora ao Estado.

A proposta de aplicação de resultados é apresentada pela Administração no Relatório de Gestão.

## 26. Acontecimentos após a data de balanço

Após a data de balanço não ocorreram acontecimentos, com lugar a ajustamentos nas demonstrações financeiras da Fundação Círculo de Leitores, para além do descrito na nota 3.4.

Lisboa, 16 de março de 2021

O Contabilista Certificado,



O Conselho Administração,







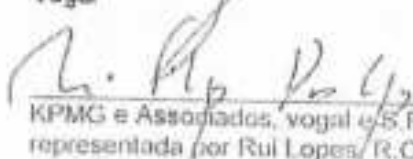
Finalmente, não podemos deixar de salientar e agradecer a excelente colaboração recebida no desempenho das suas funções do Conselho de Administração da Sociedade e dos serviços com os quais tivemos oportunidade de contactar.

Lisboa, 30 de junho de 2021

O Conselho Fiscal,

  
Maria Graciete Fernandes Teixeira  
Presidente

  
José António Fernandes Teixeira  
Vogal

  
KPMG e Associados, vogal e S.R.O.C.  
representada por Rui Lopes, R.O.C.